

UMA BIOGRAFIA DOS «GUERRISTAS» A GRANDE GUERRA DE AFONSO COSTA

António Paulo Duarte

INTRODUÇÃO

A evocação do centenário da Primeira Guerra Mundial por toda a Europa avigorou a já ampla investigação historiográfica sobre este acontecimento, visto como cataclísmico pelas gerações que o viveram e as posteriores, e que desde o seu início foi objeto de intensos estudos de diverso cariz disciplinar.

Em Portugal, desde a década de 90 do século XX, que os estudos historiográficos sobre a posição do país no quadro da Primeira Guerra Mundial se reavivaram de forma acentuada, após cerca de meio século de um quase absoluto silêncio, impulsionados por uma nova geração de historiadores, suportados em novas metodologias de análise e em uma visão também distinta

do modo como habitualmente se observara a Primeira República, quer pelos descendentes políticos dos velhos republicanos, quer durante o Estado Novo. A evocação do centenário da Primeira Guerra Mundial só reforçou a tendência para aprofundar ainda mais os estudos sobre a participação de Portugal no conflito mundial.

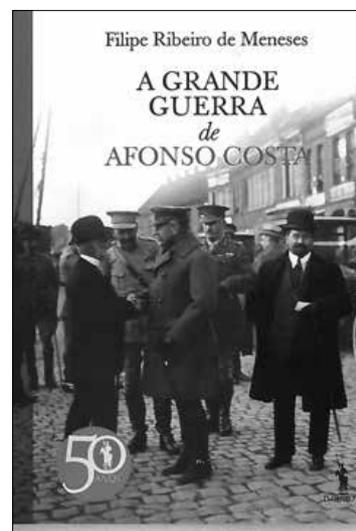
Estes estudos, de certo modo, já tinham recebido um primeiro estímulo, dada a proximidade entre o centenário de comemoração da implantação da República em Portugal e o de evocação da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial.

Mas esta proximidade entre os dois centenários também acabou por configurar e enfocar a área principal de interesse dos estudos mais recentes sobre a participação de Portugal na grande conflagração, distinguindo-se assim dos tópicos que na última década do século XX e ainda na primeira do século XXI tinham entusiasmado a historiografia portuguesa: com efeito, nessas décadas, o foco centrara-se, por um lado, na realidade social, fosse no quotidiano da vida dos soldados portugueses na Europa¹ ou na África², fosse nas múltiplas tensões sociais que aconteciam

FILIPE RIBEIRO
DE MENESES

**A Grande Guerra
de Afonso Costa**

Lisboa,
Dom Quixote,
2015, 244 páginas



em Portugal e que, em geral, a guerra aprofundara³, e, por outro, em monografias sobre determinadas personalidades ou situações específicas⁴.

Com o aproximar do centenário da implantação da República, primeiro, e depois com o centenário da evocação da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, o foco de estudo virou-se para as questões políticas intrínsecas à Primeira República e sua relação com as causas da intervenção belígera de Portugal na grande conflagração.

UM HISTORIADOR NO LABIRINTO DA INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Filipe Ribeiro de Meneses é um veterano dos estudos sobre a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. A tese com que se doutorou no Trinity College de Dublin, na Irlanda, nos idos anos 60 do século XX, versava precisamente a *União Sagrada e o Sidonismo, Portugal na Grande Guerra (1916-1918)*⁵: uma monografia que estudava a situação de Portugal durante o período dos governos da União Sagrada e de Sidónio Pais. Muito mais recentemente, e no âmbito de uma coleção de monografias sobre os líderes políticos de cada um dos países que participaram, como ex-beligerantes, nas conferências de paz de Paris em 1919, publicou uma curta biografia de Afonso Costa⁶. Além destes textos mais longos, Filipe Ribeiro de Meneses tem vindo a publicar igualmente numerosos artigos sobre a participação de Portugal na Grande Guerra⁷. O conhecimento que tem desta época e das condições que levaram Portugal à beligerância na Pri-

meira Guerra Mundial é por isso, pode-se dizer, muito profundo.

A sua mais recente obra, *A Grande Guerra de Afonso Costa*⁸, é todavia um objeto estranho do ponto de vista das categorias com que se costumam catalogar os livros nas bibliotecas. Não é uma biografia propriamente dita, mas também não é uma monografia sobre os políticos «guerristas». É que, não sendo a obra, por um lado, uma pura biografia, nem, por outro, um estudo sobre uma facção política ou um projeto político, ela faz confluír a ação individual de Afonso Costa com a dinâmica do «partido guerrista», situação imprescindível para que Portugal se tornasse uma nação beligerante na Primeira Guerra Mundial. Esta muito peculiar característica da obra espelha a muito particular posição que Afonso Costa teve no desenrolar dos eventos que encaminharam Portugal para a beligerância na grande conflagração e é uma das grandes mais-valias deste livro. Na realidade, se, por um lado, Afonso Costa, por si próprio, jamais teria conseguido impor a Portugal uma beligerância na contenda mundial, para muitos dos seus concidadãos não desejada ou querida, por outro, a «facção guerrista» dificilmente, sem a capacidade de agregação e de mobilização política de Afonso Costa, asseguraria a entrada do país na conflagração. O foco de *A Grande Guerra de Afonso Costa* é precisamente o de compreender a postura do líder político republicano radical durante a Primeira Guerra Mundial e entender o que o levou, progressivamente, a assumir a beligerância de Portugal, e a considerar como grande desígnio nacional a presença de um corpo de exército

português na mais tormentosa de todas as frentes de batalha, a francesa.

Filipe Ribeiro de Meneses não é o único historiador que mais recentemente se debruçou sobre a vida política de Afonso Costa. Paulo Guinote é autor de uma outra biografia política de Afonso Costa, focada na sua vida parlamentar, essencialmente. Todavia, o período em causa é tratado muito sumariamente nesta obra, e nada acresce ao que já se sabia sobre a ação de Afonso Costa durante a Primeira Guerra Mundial⁹. Pelo contrário, *A Grande Guerra de Afonso Costa* lida muito mais proficua-mente com a ação política de Afonso Costa durante a grande conflagração.

A «GRANDE GUERRA» DE AFONSO COSTA

Como demonstra Filipe Ribeiro de Meneses, ao contrário de João Chagas, desde o tonitruar dos primeiros canhões, um pleno, puro e duro «guerrista» (como evidenciam os seus diários), Afonso Costa mantém em 1914 uma posição bem mais circunspecta em relação à posição de Portugal no conflito. É certo que ele está com os seus camaradas «democráticos» no apoio dado à Grã-Bretanha desde o início da Grande Guerra e manifesta-se muito favorável ao envio para França, em setembro de 1914, de uma divisão do Exército português e não só da artilharia requerida, com ou sem artilheiros, mas fá-lo sempre a partir de uma posição reservada, de quem segue a vontade do partido, não de quem tem um papel liderante no mesmo. Esta reserva e esta circunspeção é-lhe atribuída por, julga Filipe Ribeiro de Meneses, estar Afonso Costa muito mais preocupado com a conjuntura política interna, e com a efetiva conquista do poder que poderia advir

das eleições que fatalmente teriam de ocorrer no ano de 1915, com a máquina eleitoral «democrática» a augurar um pleno sucesso do partido, mas também por não confiar plenamente na postura da Grã-Bretanha para com Portugal e o que poderia em consequência ocorrer (pp. 56-58).

A assunção por parte de Afonso Costa da liderança do programa «guerrista», ao longo de 1915 e 1916, deriva da confluência da crise interna e da crise externa. De um lado, e antes de mais, a questão das relações civis-militares ou mais propriamente da relação entre a República e o Exército, que do golpe das espadas leva à denominada «ditadura» do general Pimenta de Castro e à revolta do 14 de maio de 1915, que assegura a hegemonia do Partido Republicano Português (PRP), dito «democrático», e o triunfo em simultâneo do programa «guerrista». O autor, todavia, reconhece que o triunfo simultâneo dos «democráticos» e do programa «guerrista» não parece libertar Afonso Costa da sua reserva.

De facto, Afonso Costa não só não assume qualquer pasta nos primeiros governos do PRP depois do 14 de maio de 1915, quer antes, quer imediatamente após as eleições que confirmam a sua hegemonia política nacional, como durante grande parte do ano se mantém alheio e ausente da política – quer porque uma queda em que fratura o crânio o mantém inicialmente hospitalizado e o obriga depois a repouso prolongado, quer por via de uma viagem que efetuou no final do ano à Suíça. Esta ausência de Afonso Costa acaba por tornar ensurdecedor o apelo que das hostes «democráticas» vinha para que

ele tomasse as rédeas da governação. Filipe Ribeiro de Meneses não consegue objetivar as causas políticas para este afastamento, limitando-se a propor algumas hipóteses: a de que teria preferido não deixar o seu nome inscrito no saneamento do Exército e da função pública posterior à vitória «democrática» em 14 de maio de 1915, e que preferia deixar arrefecer os ânimos após este sucesso bélico das armas «democráticas». Ou que para consolidar o novo estado político preferia que, numa primeira fase, a liderança da governação coubesse a uma figura política mais consensual. Serviria talvez também para evidenciar o desapego de Afonso Costa ao poder (pp. 120-121).

Seja como for, quando assume a governação a 30 de novembro de 1915, diz o autor, os embaixadores britânico e francês em Lisboa veem-no como um líder prudente e realista que trazia alguma ponderação ao intervencionismo «democrático» (p. 140). Não foi assim, porque, de outro lado, a crise económica e social por que passava o país teria sido um incentivo adicional para os «guerristas». O intervencionismo foi igualmente motivado em 1916 pelas pressões económicas que de fora e de dentro se faziam sentir em Lisboa. Não é por acaso que na barganha que Afonso Costa conduz com o Governo de Londres, a respeito da requisição dos navios da Tríplice (alemães e austríacos), está presente desde logo a garantia de um empréstimo para sustentar as finanças nacionais e o abastecimento do país, que passava por dolorosas dificuldades (p. 151). Filipe Ribeiro de Meneses não é o único autor a salientar a (nova) dimensão económico-financeira

do programa «guerrista». Igualmente, e ao mesmo tempo, José Medeiros Ferreira acentuou a relevância na causa da beligerância da dimensão financeira, fundamento da sustentabilidade do país na guerra e sustentáculo da sua futura regeneração na paz subsequente¹⁰.

O impulso de Afonso Costa de um reservado político «guerrista» a verdadeiramente o líder dos «guerristas» deriva, na ótica do autor, da progressiva mudança dos contextos nacional e internacional, e o seu impacto em Portugal, e da forma como estes combinando-se poderiam influenciar para o bem e para o mal o futuro de Portugal e da República. Como concluiria Afonso Costa num dos conselhos de ministros em que se discutia a crise em redor da requisição dos navios da Tríplice, tudo dependia das finanças, do fomento e da preparação para a guerra (p. 158).

Com a beligerância nacional, Afonso Costa optou então por radicalizar a intervenção. Consumara-se a passagem de prudente e reservado líder político circunspeto da beligerância a radical chefe da facção «guerrista». Aqui, Filipe Ribeiro de Meneses ancora a postura de Afonso Costa no mais amplo espectro dos projetos de cunho revolucionário de transformação do país do radicalismo republicano. Também aqui se dá uma diferença entre o que se passara em 1914-1916 e o que se passará em 1916-1918. Até então, a mobilização nacional para a guerra fora afetada por um contínuo protelamento, as decisões políticas só muito tardiamente, e quando tardiamente, eram acatadas na prática por uma sociedade e um Exército que iam arrastando a sua assunção. Com Afonso Costa tudo vai

mudar, e muito mais rapidamente. A mobilização para a Flandres será efetuada com uma grande determinação contra as resistências que a Grã-Bretanha e a sociedade portuguesa lhe vão opondo, num processo que acabará por esvaziar o poder do próprio Afonso Costa.

O autor reconhece que a 9 de março de 1916 Afonso Costa é um líder triunfante: impôs a beligerância assegurando a posse de 72 navios da Tríplice que mais do que duplicavam a tonelagem da frota da marinha mercante nacional, e com muitos navios modernos, e assegurara ainda um robusto empréstimo da Grã-Bretanha. Os sucessos irão continuar com a conquista de um lugar para um corpo de exército nacional na mais relevante frente da Primeira Guerra Mundial, a frente ocidental em França, com vista a garantir uma presença, crismada pelo sangue dos portugueses, na futura conferência de paz. E para os republicanos radicais «guerristas», nos quais se incluía agora Afonso Costa, o Corpo Expedicionário Português poderia aportar uma revolução na mente militar, transformando o Exército conservador e inoperacional numa moderna força de combate, em termos técnicos mas também ideológicos, com uma nova leitura do mundo mais próxima da própria visão dos democráticos.

Mas descreve subsequentemente o autor, se 1916 foi o ano dos sucessos, 1917 será o ano da multiplicação das dificuldades, que se consumará com o triunfo da contrarrevolução dezembrista de 1917. Neste ano de todas as dificuldades, o poder político de Afonso Costa ir-se-á progressiva e paulatinamente esvaziar. Filipe

Ribeiro de Meneses faz uma muito bem consumada narrativa do avolumar das dificuldades com que o poder «democrático» se vai confrontando, começando pela resistência à mobilização militar da sociedade portuguesa – foi, sem dúvida, um milagre Afonso Costa e Norton de Matos terem conseguido enviar para França cerca de 56 mil militares – que tem nos fins de 1916 um dos seus momentos altos com a tentativa de golpe civil-militar capitaneado por Machado dos Santos, passando pelos motins que a partir da primavera de 1917 submergem o país e que têm como um dos eventos mais dramáticos a denominada Revolta da Batata em maio desse ano em Lisboa, tocando na renovação maciça do espírito católico que as aparições de Fátima representam, e que termina no cada vez maior isolamento que cada um dos governos beligeros republicanos vai sentindo conforme se encaminha para o fim desse ano e que tem um primeiro grave momento de crise na implosão da União Sagrada. No outono de 1917, a própria coesão dos «democráticos» «guerristas», o último bastião deste programa e deste projeto político, colapsara. O autor dá a entender que o terceiro governo de Afonso Costa seria o último que o parlamento eleito em 1915 aceitaria e que se estaria a desenvolver, entre a elite política e alguma elite social do regime, um grande movimento de *aggiornamento* republicano com vista à formação de um governo nacional, quando se dá o golpe sidonista. Assim, segundo o autor, em finais de 1917 todos no país achavam que Afonso Costa era um político acabado.

A QUESTÃO «GUERRISTA»: LÊ-LA NUM CONTEXTO HISTÓRICO AMPLIADO

Mas se o autor narra todo este processo, não explica tão bem como os sucessos de 1916 foram sugados por uma espiral de crise em 1917. A questão central desta obra de Filipe Ribeiro de Meneses é implicitamente a das causas da beligerância nacional na Primeira Guerra Mundial. A réplica a esta questão, de certo modo, contém a resposta à primeira interrogação. Por que é que Afonso Costa e quase todos os «guerristas» em geral se empenharam, contra uma cada vez maior parte do país, em sustentar uma intervenção na grande conflagração?

A resposta que tenta dar Filipe Ribeiro de Meneses encaixa-se numa das leituras historiográficas contemporâneas da Primeira República. A natureza revolucionária e em consequência radical de uma grande parte do PRP foi vindo paulatinamente o intervencionismo como o catalisador decisivo da transformação político-social por que ansiava e assim o programa «guerrista» visava instrumentalizar a beligerância nacional e a mobilização bélico-militar do país como uma ferramenta definitiva da modernização psíquico-mental que, criando um soldado-cidadão, espalhasse rapidamente por toda a nação uma nova mentalidade cívica consentânea com os ideais patrióticos e nacionalistas. O processo, que começara com as leis da separação, consumir-se-ia com a mobilização cívica e patriótica engendrada pela beligerância de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

Dito isto, Filipe Ribeiro de Meneses não avança com mais nenhuma resposta, como

se o radicalismo político tornasse impen-sável uma mudança de rumo de Afonso Costa, paradoxalmente, desconsiderando o autor na sua análise um dos maiores ativos que se atribuía a este político, a oportunidade política. O autor mantém-se prudentemente no quadro das fontes de que dispõe.

Mas a insistência de Afonso Costa e dos seus apoiantes, cada vez mais reduzidos, em nutrirem de todas as maneiras possíveis o esforço de guerra nacional, poder-se-á explicar igualmente pela esperança de que, de algum modo, o prolongamento do conflito produzisse esse clique mental que transformasse uma sociedade rural e estratificada numa comunidade igualitária, patriótica e cívica. Tal não aconteceu, como o livro o demonstra e como toda a historiografia o reconhece. A beligerância «guerrista» fez o contrário, renovando e robustecendo em simultâneo as forças católicas e as forças conservadoras.

Mas também é preciso dizer, numa historiografia às vezes pouco atenta às dinâmicas comparativas – e o livro, pese o esforço do autor de ir observando a própria evolução geral da conflagração, carrega esta vulnerabilidade –, que 1917 não foi um ano excecional só em Portugal. Para alguma da historiografia da Primeira Guerra Mundial, 1917 foi um ano charneira, o ano de todas as decisões e de todos os perigos, da revolução russa aos diversos motins militares que afetaram as forças militares de quase todos os exércitos, o ano em que de algum modo se delinearam os caminhos para a vitória ou para a derrota, o ano em que a moral alemã começou a desistir da luta e em que as potências alia-

das mobilizaram os resquícios de ânimo de que ainda dispunham para enfrentar os combates decisivos que se avizinhavam e garantir a sua vitória¹¹. A crise de guerra que Afonso Costa defrontava não era única, nem sequer espetacularmente extraordinária. Esta parte da história está ainda por fazer em Portugal, uma história comparativa do ano charneira de 1917 em que a história da crise por que passava o país seja comparada com todos os outros transes que afetavam os beligerantes nesse terrível ano, observando o que é comum à

maioria e o que é específico de cada um. Mas Filipe Ribeiro de Meneses dá-nos um belíssimo livro sobre Afonso Costa, os seus aliados «democráticos» e sobre Portugal na Primeira Guerra Mundial, um livro profundo na análise da época, no manancial de informação que aporta e na leitura analítica da intervenção portuguesa, enriquecendo o nosso conhecimento e adicionando achegas relevantes para o debate em curso sobre o nosso intervencionismo na guerra que deveria ter acabado com todas as guerras. **RI**

NOTAS

¹ Cf. MARQUES, Isabel Pestana – *Das Trincheiras, com Saudade. A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

² Cf. ARRIFES, Marco Fortunato – *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/IDN, 2004.

³ Cf. SAMARA, Maria Alice – *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

⁴ Para uma síntese sobre a historiografia da Primeira Guerra Mundial, quer internacional, quer em Portugal, ver DUARTE, António Paulo, e REIS, Bruno Cardoso – «O debate historiográfico sobre a Grande Guerra de 1914-1918». In *Nação e Defesa*. N.º 139, 5.ª Série, 2014, pp. 100-122.

⁵ Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de – *União Sagrada e Sidonismo – Portugal em Guerra (1916-18)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

⁶ O texto publicado em inglês, fazia parte da coleção referida: *Makers of the Modern World – The Peace Conferences of 1919-1913 and Their Aftermath*. Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de – *Afonso Costa, Portugal*. Londres: Haus Publishing, 2010. Em Portugal, esta curta biografia foi publicada isoladamente.

⁷ Destaque-se por exemplo, MENESES, Filipe Ribeiro de – «O Império Português». In GERWARTH, Robert, e MENELA, Erez (org.) – *Impérios em Guerra – 1911-1923*. Lisboa: Dom Quixote, 2014, pp. 331-360.

⁸ Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de – *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: Dom Quixote, 2015.

⁹ Cf. GUINOTE, Paulo – *Afonso Costa, O Orador Parlamentar*. Lisboa: Assembleia da República, 2014.

¹⁰ Cf. FERREIRA, José Medeiros – *A República Corrigida e Aumentada*. Lisboa: Edições 70, 2015, pp. 135-136.

¹¹ Cf. PHILPOTT, William – *Atrition. Fighting the First World War*. Londres: Little, Brown, 2014, pp. 255-299. Veja-se também VEIGA, Francisco, e MARTÍN, Pablo – *Las Guerras de la Gran Guerra (1914-1923)*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2014, pp. 188-192.